

“REPRESSÃO, CONTROLE E EXPURGO ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL CEARÁ (1964-1986)”.

Jônathas Assunção de Oliveira
Mestrando em História Social- UFC
Universidade Federal do Ceará- UFC
E-mail: jonathasaoliveira@gmail.com

Resumo

Em 31/03/2014, completou-se o jubileu do golpe sobre o presidente João Goulart, iniciando a ditadura civil-militar que durou 21 anos, utilizando cassação, repressão, prisão e tortura para o controle político social do país. A pesquisa visa entender a atuação e impactos da repressão na Universidade Federal do Ceará (UFC) sobre os estudantes ditos “subversivos” por meio de intervenções, vigilâncias e espionagens num processo de modernização-autoritária que simultaneamente reprimia e modernizava o ensino superior brasileiro. Ademais, utilizaremos os conceitos de polícia política e espionagem para entender o funcionamento das Assessorias de Segurança e Informações (ASI). A metodologia da pesquisa consistiu na análise da documentação produzida pelos órgãos de repressão e informação instalados na universidade, dos decretos repressivos militares e das Atas do Conselho Universitário (CONSUNI-UFC), objetivando entender a repressão pela documentação, ressaltando intervenção, espionagem e expurgo estudantil, segundo princípios da doutrina de Segurança Nacional da Escola Superior de Guerra (ESG) na Lei de Segurança Nacional (LSN) e da política nacional de repressão, controle e expurgo sobre as universidades federais do país.

Palavras-chaves- ditadura civil-militar, universidade e repressão.

Em 31/03/2019, completou-se cinquenta e cinco anos do golpe de Estado sobre o governo nacional do presidente João Goulart, iniciando a ditadura civil-militar que durou 21 anos, apoiada por setores da elite nacional liberal-conservadora, utilizando-se de instrumentos autoritários: controle social, perseguição, espionagem, vigilância, repressão e expurgo para eliminar as manifestações contrárias ao regime. A partir do Ato Institucional nº1 (1964) constatou-se o ideal norteador do golpe “A revolução de 64 é irreversível e consolidará a democracia no Brasil (FICO, 2001)”¹. O regime militar apresentou características ditatoriais, conservadoras, autoritárias, interventoras, repressoras, antidemocráticas e anticomunista, imprimindo vasto e irrestrito processo de

¹ Carimbo oficial encontrado nos anexos da obra “*Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*” (2001) do historiador Carlos Fico, pertencente ao Arquivo Nacional.

expurgos sobre a oposição política, conforme Motta “O golpe de 1964 não foi movimento essencialmente antirreformista, mas sobretudo anticomunista”. (MOTTA, 2014, p.9).

“A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo”. (Ato Institucional nº1, 1964, p.1)

A partir do AI-1 (1964) as forças “revolucionárias” agiram em prol dos interesses elitistas, consolidando a economia capitalista e afastando a “ameaça” aos padrões conservadores e tradicionais da sociedade brasileira da época. O golpe representou a vitória das forças conspiradoras desde o suicídio de Getúlio Vargas em 24 de agosto de 1954 e das ideologias conservadoras e autoritárias, expressas nas Marchas da Família, com Deus e pela Liberdade² que exigiam a retirada de João Goulart que “ameaçava” a legitimidade e status social com as *Reformas de Base*³. O governo militar apresentou duas tensões permanentes entre: as alas do movimento “revolucionário” linha dura (liderada por Costa e Silva que objetiva uma “limpeza permanente” da oposição em escala nacional) e castelistas (comandada por Castelo Branco que ambicionava implantar medidas mais moderadas, conciliatórias e legalistas para impedir o ímpeto repressor da linha dura e ganhar apoio popular), conforme Fico (2004, p.72); e entre as forças aliadas heterogêneas que apresentavam diferenças significativas e até contraditórias, unidas em prol da retirada do presidente que “representava” a condução do país ao precipício (MOTTA, 2014). Essas tensões foram percebidas em diversos momentos: uns com maior ímpeto repressivo nas ondas repressivas de 1964-1968 nas universidades; e em outros com medidas mais conciliatórias para manter a estabilidade e a sustentação do governo.

² Foram uma série de manifestações públicas lideradas pelas elites nacionais conservadoras ocorridas entre 19 de março de 1964 a 08 de junho de 1964 nos estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, em resposta ao discurso de João Goulart no Comício da Central do Brasil em 13 de março 1964 em de apoio às Reformas de Base, demonstrando o apoio das elites nacionais civis, empresariado nacional e setores conservadores da sociedade ao futuro golpe de Estado militar em 31 de março de 1964.

³ Foram reformas estruturais, que ficaram conhecidas como Reformas de Base, em áreas essenciais: agrária, tributária, financeira, educacional e administrativa. Esse conjunto de reformas pretendia fazer uma justa distribuição de renda no país, contemplando os trabalhadores sindicais que buscavam apoio e visibilidade política. As reformas provocaram greves sindicais, manifestações civis e estudantis em todo o país.

“A escolha de seu nome impediu a imediata ascensão de Costa e Silva, mas Castelo não conseguiu, como pretendia interromper a temporada de punições ‘revolucionárias’.... Para bem compreender o regime militar, é fundamental sublinhar esse fracasso do governo Castelo Branco: a história do regime militar como sendo a trajetória do surgimento, consolidação, institucionalização e decadência da linha dura e, em particular, das chamadas ‘comunidades de segurança e informações’”. (FICO, 2004, p.72)

“Os grupos que deram sustentação ao golpe de 1964 compunham uma frente heterogênea, representando tanto diferenças sociais quanto ideológicas, o que tornou impossível reunir uma coalizão tão ampla em torno de um programa afirmativo. Liberais, conservadores, reacionários, nacionalistas autoritários e até reformistas moderados. O único consenso era negativo: tirar do poder um governo acusado de conduzir o país para o precipício”. (MOTTA, 2014, p.8)

“O Estado construído após o golpe de 1964 representou a tentativa de conciliar demandas opostas, já que o caráter heterogêneo de sua base de apoio gerou pressões em direções contrárias. Em lugar de fazer escolha clara e irrestrita por algumas opções, os dirigentes brasileiros preferiram atender a projetos diferentes e estabelecer compromissos”. (MOTTA, 2014, p.15)

Percebeu-se, a partir de Fico (2001) e Motta (2014), que a ditadura militar estabeleceu complexas relações com a sociedade brasileira baseadas em: consenso e consentimento e coerção e repressão. A primeira se dava na perspectiva de acomodação das divergentes esferas de apoio ao novo regime, usando jogos de acomodação, adesão e cooptação para uni-los, fortalecendo a rede de apoio governamental. Nas universidades foram utilizados jogos de acomodação e adesão em torno da Reforma Universitária (1966) que congregou esforços discentes e docentes para melhorar o ensino e as estruturas físicas. A segunda baseava-se na prática do “terrorismo de Estado” pela propagação do medo para inibir as ações de resistência e oposição, promovendo silenciamentos e o fortalecimento da guerra ideológica, cassando, punindo e reprimindo pela construção do imaginário de inimigos: internos (grupos de esquerda sob influência da URSS) e externos (infiltração direta de grupos comunistas no Brasil) para destruir os padrões da sociedade brasileira, subvertendo os costumes e as mentes juvenis universitárias, abrindo espaços para a revolução comunista, constantemente combatida pelo regime, conforme documentação do Serviço Nacional de Informações (SNI) e da Divisão de Operações Políticas Sociais (DIOPS).

A partir do lema “A revolução de 64 é irreversível e consolidará a democracia no Brasil (FICO, 2001)” coletado nos arquivos sigilosos produzidos pela Divisão de Segurança e Informações (DSI) no Ceará, constatou-se a intenção das agências de informação do

Ministério da Educação e Cultura (MEC) e da Polícia Federal (PF) em construir imagem negativa das ações estudantis de esquerda no país, definindo-os como “subversivos” e “terroristas”, de acordo com as Informações nº 03/20/DSI/MEC/85⁴ e nº 131/DR/DPF/CE/70⁵. Essas Informações tinham livre circulação entre as agências de inteligências das Forças Armadas e do aparato repressivo nacional (AC/SNI- CIE-CENIMAR- CISA- CI/DPF).

A ditadura civil militar se estabeleceu por quatro pilares: propaganda (buscava-se o consenso e consentimento de forma oficial ou oficiosa o apoio da imprensa e da mídia), censura (estabelecendo impedimentos sobre manifestações públicas e redações de jornais), espionagem (sobre o ambiente acadêmico pela comunidade de informações) e repressão (pela comunidade de segurança para garantir o controle e expurgo das forças ditas indesejáveis). Para a pesquisa focaremos nas ações de espionagem e repressão das ações estudantis ditas subversivas na Universidade Federal do Ceará (UFC), os estudantes de esquerda eram vistos com desconfiança e preocupação devido sua trajetória de lutas ligadas aos movimentos grevistas, sindicalistas, urbanos e rurais. Promovendo, em retaliação, ações estatais de controle da juventude universitária.

No intuito de controlar as universidades foram implantaram medidas que conquistassem o apoio da juventude ou pelo mesmo o consentimento através Projeto Rondon (1978)⁶, Reforma Universitária (1966)⁷ e ampliação das universidades brasileiras (1967). Essas medidas vinham atreladas ações repressivas sobre subversivos no meio acadêmico através da Operação Limpeza (1964), das Assessorias de Segurança e Informações (ASI) e do Decreto nº 477/1969. Pelo projeto de modernização- autoritária, a cúpula militar objetiva formar uma nova juventude de acordo com padrões

⁴ Ofício confidencial da Divisão de Segurança e Informações (DSI) sob o assunto: Ação subversiva no Campus Avançado da Universidade Federal do Ceará (UFC) em Xapuri /Acre, datado de 25/02/1985, pertencente ao Fundo Serviço Nacional de Informações do Arquivo Nacional.

⁵ Ofício confidencial do Ministério da Justiça da Delegacia Regional da Polícia Federal no Ceará sob assunto: Ação terrorista no Ceará datado de 25/09/1970, pertencente ao Arquivo Nacional.

⁶ Segundo Motta (2014, p. 87), o Projeto Rondon teve como objetivo principal desmobilizar o radicalismo dos estudantes, atraindo alguns líderes para os valores do regime militar, oferecendo alternativa além da repressão.

⁷ Segundo Motta (2014, p. 78) os primeiros passos legais para a concretização da reforma universitária foram a partir dos Decretos-lei nº 53 de 18 de novembro de 1966 e da lei nº 252 de 28 de fevereiro de 1967.

conservadores, patrióticos, capitalistas, tradicionais e cristãos ensejados no golpe de 1964.

“Não é novidade usar o termo modernização conservadora ou autoritária para explicar o que aconteceu no Brasil após o golpe; desde 1966 alguns analistas têm adotado a expressão para definir a essência do regime militar. O conceito foi desenvolvido por Barrington Moore Jr., que, sob influência de ideias marxistas, produziu uma inflexão nas teorias da modernização norte-americana (...). Esse autor defendia o argumento de que os processos de modernização seguiriam **trilhas diferentes em alguns países, nos quais as tendências modernizadoras poderiam se mesclar a forças conservadoras**. Essencialmente, o modelo destacava a formação de alianças reunindo burguesia e proprietários rurais, que, tangidos pelo medo da revolução social, iniciaram processos de modernização conservadora conduzidos pelo Estado”. (MOTTA, 2014, p.11)

Segundo Motta (2014), o regime militar se apropriou de ideias progressistas e reformistas vigentes, adaptando-as de forma autocrática e elitista, implantando a modernização-conservadora ou autoritária nas universidades brasileiras, mesclando iniciativas progressistas, reformistas e repressivas para controlar e modernizar as universidades, consideradas locais de formação das novas lideranças políticas, porém, seguindo preceitos de combate e repressão ao comunismo, esquerdismo, reprimindo, controlando e expurgando as vozes dissonantes.

“De fato, o regime político construído a partir de 1964 teve dupla dimensão: ele foi ao mesmo tempo destrutivo e construtivo, embora seu impulso modernizador tenha se viabilizado de maneira repressiva. Em sua faceta destrutiva, o Estado autoritário prendeu, demitiu ou aposentou professores considerados ideologicamente suspeitos, assim como afastou líderes docentes acusados de cumplicidade com a ‘subversão estudantil’. Além disso, torturou e matou alguns membros da comunidade acadêmica que considerava ‘perigosos’. O anseio por uma ‘limpeza’ ideológica levou ao bloqueio da livre circulação de ideais e textos, e à instalação de mecanismos para vigiar a comunidade universitária. As Assessorias de Segurança e Informação foram criadas dentro dos campi e, juntamente com outros Órgãos de Informação (OIs), triaram contratações, concessões de bolsa e autorizações para estágio no exterior”. (MOTTA, 2014, p.8)

O projeto ambicionava ramificar o controle e eliminar influências das forças de oposição, através da vigilância, censura, perseguição e repressão dos considerados “perigosos e subversivos”, aplicando a prerrogativa da Segurança Nacional, legitimando o combate, repressão e expurgo dos grupos de esquerda presentes nas esferas públicas, em especial nas universidades. Cassando, afastando, perseguindo, demitindo, vigiando,

espionando e controlando ideologicamente as atividades estudantis e acadêmicas, materializadas na atuação das ASIs que triavam contratações, realizavam demissões, afastamentos, aposentadorias por critérios ideológicos. Elas eram o braço das forças militares dentro dos campi universitários brasileiros para viabilizar as ações repressivas e o controle sobre os estudantes, lançando mão de diversos instrumentos para garantir o controle dos principais lócus de formação das futuras lideranças.

As universidades brasileiras serviram de espelho para entender o experimento de modernização-autoritária apresentando contradições e ambiguidades nos campi brasileiros, ressaltando a diferença de classes e o tratamento dos conflitos, utilizando-se conciliação e acomodação entre membros da elite e repressão e expurgo sobre os estudantes “subversivos”, percebendo-se uma política que usou dois pesos e duas medidas, através do conceito de cultura política “conjunto de valores, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, expressando uma identidade coletiva à base de leituras comuns do passado e inspirando projetos direcionados para o futuro”. (MOTTA, 2014, p.12)

“Outros elementos tradicionais da política brasileira se fizeram presentes nesse período: o Estado autoritário lançou mão de estratégias de cooptação, e vários agentes demonstraram flexibilidade em relação a normas e valores dominantes, com tendência a tangenciar os preceitos legais a confiar mais na autoridade pessoal, nos laços sociais e em arranjos informais. Essas práticas permitiram ao Estado contar com o talento de profissionais proeminentes de campo ideológico adversário, mas também propiciaram o amortecimento da repressão, com base na mobilização de fidelidades pessoais e compromissos informais. Claro, nem sempre os servidores do regime estavam predispostos à moderação, e nem sempre ela funcionou bem, pois a depender do contexto, dirigentes universitários foram punidos por serem considerados tolerantes demais. Além disso, cumpre lembrar que muita violência ocorreu nos campi, sobretudo nos momentos de invasão policial, que tiveram lugar em 1968 e, com menor intensidade, em 1977, para não mencionar os membros da comunidade universitária presos, torturados e mortos. Ainda assim, nas universidades, muitas vezes as vozes moderadas prevaleceram, e os atos repressivos foram temperados com negociação e tentativas de cooptação”. (MOTTA, 2014, p.17)

“Esse jogo complexo, e às vezes ambíguo, nos sugere análise mais sutil do impacto do autoritarismo nas universidades, capaz de iluminar processos que não se encaixam no tradicional par repressão/resistência. Houve também arranjos entre repressão/acomodação, repressão negociação e repressão/cooptação”. (MOTTA, 2014, p.18)

A partir do curso de formação da Escola Nacional de Informações (ENI) “Aspectos da guerra contemporânea” captou-se com mais clareza a definição e extensão do conceito de subversão⁸: “consiste no emprego planejado de propaganda e de outras ações, principalmente de cunho ideológico com o objetivo de obter apoio da população para um movimento revolucionário” (Fundo Escola Nacional de Informações, “Aspectos da guerra contemporânea”, 1977, p.6). A definição de subversão aplicada pelos órgãos de inteligência militar baseava-se em ideais de direita-conservadora, burguesa e anticomunista, considerando *subversão*: prática de perversão da ordem estabelecida, moral, costumes e tradições cristãs brasileiras. Subvertendo-as em prol da implantação da revolução comunista, infiltrando-se e modificando as mentalidades e práticas sociais, ramificando-se para alcançar o poder e apoio das mais diversas esferas da sociedade. Utilizando-se para efetivação de demandas populares como instrumento de manipulação social a favor da sociedade comunista, promovendo a extinção do Estado capitalista burguês e da supremacia do capital no Brasil.

A localização e identificação das ações subversivas se dava pela espionagem e vigilância estatal dos grupos de oposição: comunistas, socialistas, nacionalistas, trotskistas, maoístas, castristas e dentre outras vertentes sobre influência da União Soviética (URSS). Segundo as lideranças militares e conservadoras civis era necessário vigiar, controlar e punir quaisquer manifestações que desviassem das condutas e práticas morais consideradas “padrões” e “normais” da sociedade cristã brasileira, combatendo o uso de drogas, as práticas sexuais livres ou divergentes da normalidade cristã, comportamentos inadequados aos padrões capitalistas de trabalho, moradia, família e vida, promovendo forte repressão sobre estudantes, militantes de esquerda, desempregados, pobres, homossexuais, hippies, negros, índios, dentre outros. A intenção era “normatizar” a sociedade brasileira, inculcando valores de obediência civil, patriotismo, capitalismo, moralidade cristã e aversão aos ideias comunistas e socialistas, eliminando manifestações contrárias aos padrões da sociedade capitalista, de direita política, conservadora e cristã.

⁸ O conceito está presente nas anotações do curso de formação dos agentes dos órgãos de repressão e informação “Aspectos da guerra contemporânea” no Fundo do Serviço Nacional de Informações do Arquivo Nacional sob título V8 TXT ESN. 3, p. 6, 1977) .

Figuravam entre os “subversivos”: secundaristas e universitários de esquerda, partidos políticos comunistas, socialistas, nacionalistas de esquerda, trabalhistas, grupos contrários ao governo militar, sindicalistas e grevistas. Na investigação concentraremos o olhar sobre os estudantes universitários ditos subversivos na Universidade Federal do Ceará (UFC) que sofreram repressão, controle, espionagem e expurgo por suas supostas ações em desacordo com ideias conservadoras e anticomunistas do governo militar. Objetivando compreender os impactos dos órgãos de repressão e informação no controle, intervenção, repressão, vigilância, espionagem e expurgo da rotina acadêmica estudantil e recreativa, conforme Relatório da Divisão de Ordem Política e Social (DIOPS) do Estado do Ceará que vigiava reuniões, assembleia e festas da Representação Estudantil (R.E) na UFC em 17/06/1977.

“Cumprindo determinação verbal do Diretor desta DIOPS, Bel. Roberto de Palácio Queiroz, deslocamo-nos, por volta das 19:00 horas do dia 17 JUN 77, ao auditório da Faculdade de Direito do Ceará, a fim de assistirmos a uma assembleia geral da REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL (R.E), na qual seria fornecido resultado da enquete anexa como tema para ser discutido e ao mesmo tempo ‘acharmos uma solução viável de encaminhar estes problemas às autoridades competentes, conforme palavras de um dos representantes estudantis”. (Relatório DIOPS, 17/06/1977, p. 1)

“Cumprindo determinação verbal do Diretor desta DIOPS, Bel. Roberto de Palácio Queiroz, comparecemos à sede da R.E, por volta das 21:00 horas de ontem, onde se realizava uma festa promovida pelo Centro de Estudos Sociais Aplicados, a fim de nos inteirarmos da hora da 2ª Assembléia Geral do Centro de Humanidades”. (Relatório DIOPS, 17/09/1977, p. 1)

O relatório apresentado acima é um ofício confidencial produzido pela Divisão de Ordem Política e Social (DIOPS), componente da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Ceará, responsável pela execução e vigilância de ações do movimento estudantil na UFC, configurado na Representação Estudantil (R.E) que promovia reuniões, assembleias e festas para unir a classe estudantil na perspectiva de realizar mobilizações para obter mais participação e o retorno dos diretórios acadêmicos, proibidos desde a instauração do AI-5, sendo vetada qualquer organização e manifestação de natureza política no país. O ofício sigiloso analisado é um relatório de vigilância sobre a Assembleia Geral da R.E realizada no auditório da Faculdade de Direito da UFC no dia 17 de junho de 1977, solicitado pelo Delegado da Polícia Federal Bel. Roberto Palácio de Queiroz. Sob observação dos investigadores de Polícia: Raimundo Nonato de Souza

Rafael e Francisco Carlos Araújo Crisóstomo que relataram ações, decisões, falas e as representações dos centros e faculdades componentes da universidade, no intuito de localizar, identificar e conter possíveis ações subversivas, eliminando a proliferação de ideias de esquerda presentes no corpo estudantil, buscando justificar as ações repressivas dentro do ambiente universitário, deixando as autoridades policiais a par das ações estudantis que pudessem ser classificadas como perigosas ou que necessitavam de intervenção direta das forças de segurança do estado.

As ações repressivas durante a ditadura civil-militar eram desconhecidas do grande público, agindo secretamente por meio de espionagem e vigilância, ramificando-se para viabilizar o serviço de inteligência e fomentar as ações de cassação, prisão, impedimento, sequestro, desaparecimento, tortura e assassinato dos considerados “subversivos e terroristas”, que segundo a cúpula militar objetivava tomar o poder e fazer uma revolução de caráter socialista, de acordo com as anotações do curso de treinamento da Escola Nacional de Informações do SNI “Aspectos da guerra contemporânea” na página 6 que relatava os objetivos dos agentes subversivos no Brasil: “tomar o poder de forma pacífica e preparar clima para a revolução por meio da luta armada”. (Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional, V8 TXT ESN. 3, 1977, p. 6). O citado curso é composto por diversas anotações que objetivavam preparar os agentes dos organismos de informação para a produção de material utilizado nas comunidades de segurança, desarticulando as supostas ações subversivas, intencionado eliminar e afastar a influência das forças de oposição, resultante do funcionamento harmônico e coordenado da estrutura repressiva e de informação nacional.

O documento em análise é um relatório produzido pela seção estadual do SNI de abril de sob título “Promoção de curso sobre marxismo- Fortaleza/CE” datado de 07 de abril de 1981, comunicando parecer sobre as atividades do curso de marxismo realizado no Centro Artur Ramos de Estudos Sociais (CARES) ao Chefe de Gabinete de Serviço Nacional de Informações, Dr. Euclides Pereira de Mendonça, contendo longa descrição da realização do curso, das falas proferidas, dos alunos e professores presentes, identificando-se possíveis alvos para as próximas ações de vigilâncias, concluindo o presente parecer como o comentário a seguir.

“O referido curso levado a efeito na UFC reflete a determinação e o empenho dos comunistas, infiltrados no corpo docente daquela Universidade, de introduzir a pregação marxista como disciplina curricular, bem como desacreditar, perante os universitários, os professores que ainda se opõem a tal doutrina”. (Ofício confidencial do SNI, p.5)

O historiador francês Pierre Nora (2003) auxilia a compreensão dos arquivos produzidos no regime militar brasileiro, acrescentando significância e entendimento ao exprimirem a um só tempo memória e história, provocando tensão entre a memória história e memória vivida, podendo ser reivindicados legitimamente por ambos, dificultando a análise e interpretação por estarem impregnados de emoções sociais e coletivas, constituindo-se disputas apaixonadas.

“... Daí a noção de ‘arquivos sensíveis’: são aqueles onde se exprimem a um só tempo a memória e a história. É isso que provoca o desafio dramático e conflituoso dos arquivos contemporâneos: eles pertencem, plenamente, a esses dois tipos de memória história e a memória vivida, pois as duas podem legitimamente reivindicá-los e deles se servir. É esse drama e essa tensão entre esses dois tipos de memória que faz dos arquivos, impregnados de emoções sociais e coletivas, objeto de disputas apaixonadas”. (Apud NORA, 2003, p.48)

Encontrou-se na documentação traços de conflitos apaixonados e tensões impregnadas de emoções sociais ao construir categorizações sobre os “inimigos do Estado”, “terroristas”, “subversivos” e “movimento revolucionário”. Conceituações baseadas em princípios autoritários, de extrema-direita, anticomunistas e antidemocráticos, captando-se nas palavras dos agentes de informações ao tecerem comentários e opiniões sobre as ações vigiadas. Impregnando princípios ideológicos, expressos em pareceres cheios de comentários e anotações das atividades acadêmicas subversivas no interior da universidade, conforme apresentado no Ofício Confidencial do Serviço Nacional de Informação (SNI) sobre a realização de um curso sobre marxismo na UFC em 07/04/1981.

A ditadura militar para continuar a política de expurgos iniciada em 1964 criou mecanismos que facilitassem a identificação, controle, contenção e eliminação das forças ditas subversivas no Brasil formando a comunidade de informações que deveria reunir e sistematizar informações seguras, produzindo análises através relatórios e informes para as esferas de segurança, fazendo circular dentre as agências de informação das Forças Armadas(CIE, CISA, CENIMAR), das Polícias federais e estaduais (P-2) e os órgãos de

segurança (DOI-CODI e DOPS). A comunidade de segurança atuava na repressão direta aos inimigos internos e externos, cassando, prendendo, investigando grupos de esquerda que representavam perigo a segurança interna do país, estabelecendo uma política estatal de tortura e assassinatos ao agir como *polícia política* na eliminação e repressão dessas forças de oposição, desenvolvendo atividades de planejamento e execução em todo Brasil, sob a orientação e coordenação das Forças Armadas, destacando-se a liderança dos órgãos repressivos ligados ao Exército. Vale destacar a participação das polícias locais, de grupos civis, paramilitares e “esquadrões da morte” nas ações de expurgo e repressão ao propagado “perigo vermelho” que se infiltravam nas mais diversas instâncias e instituições para subvertê-las, facilitando a realização da guerra revolucionária para a concretização da ditadura comunista.

Pode-se perceber a construção de uma narrativa que visa disseminar nos organismos estatais de informação e segurança a premissa de os grupos de esquerda são essencialmente subversivos e perigosos para segurança nacional, embasando-se nas acepções de *subversão* e *guerra revolucionária* formuladas pela Escola Nacional de Informações (ENI) no curso de formação de agentes para o SNI “Aspectos da Guerra Contemporânea” (1977). Através do conteúdo do curso, retirou-se a definição de subversão seria “emprego planejado de propaganda e de ações, principalmente de cunho psicológico com o objetivo de obter o apoio da população para um movimento revolucionário” (Aspectos da Guerra Contemporânea, ENI, 1977, p.6). Segundo o referido curso os atos subversivos teriam dupla função: a tomada do poder por processo pacífico e o preparo para o clima revolucionário que possibilitaria a eclosão da luta armada, culminando na conquista do poder efetivamente.

O conceito de *movimento revolucionário* tentar unir as ideias de revolução e subversão, reafirmando a narrativa de estreita ligação entre eles, como se podendo definido como a tentativa de mudança política e social por processos alheios às normas estabelecidas, tais como: subversão e violência, o que traduz um inconformismo com a ordem vigente, ou a ambição e pessoas ou grupos cujo objetivo é a chegada ao poder (Aspectos da Guerra Contemporânea, ENI, 1977, p.4). Percebeu-se uma clara intenção de articulação entre violência, subversão e revolução, difundindo a ideia que a revolução socialista no Brasil seria realizada em três etapas: convencimento e apoio popular, uso de

instrumentos subversivos e tomada do poder pela violência. Essa triangulação criada pelo SNI será tomada como uma ameaça constante a ser combatida, aparelhando o Estado para busca da eliminação e contenção do perigo dos grupos comunistas, inserindo ações de espionagem e vigilância em setores sensíveis para eliminação dos focos e influências.

A Lei de Segurança Nacional (1967) concedeu legalidade às ações repressivas, visando “garantir” a segurança do Estado contra supostos ataques dos "inimigos internos" principalmente nas universidades, nas agremiações políticas de esquerda, nas centrais sindicais e no funcionalismo público, embasando-se no artigo 3º incisos 1º, 2º e 3º que definiram os conceitos de “segurança interna”, “guerra psicológica” e “revolucionária”. O conceito de *segurança interna* “(...) defesa contra às ameaças ou pressões antagônicas, de qualquer origem, fôrma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeito no país. (Lei de Segurança Nacional, 1967, art. 3º, § 1º p.1) criando o Sistema de Segurança Interna no País (SISSEGIN) para defender o território nacional pela atuação dos DOI CODI’s que utilizam perseguição, cassações, torturas e assassinatos para eliminar as supostas práticas subversivas e terroristas.

No § 2º do art. 3º definiu-se o conceito de guerra psicológica adversa “... emprêgo da propaganda, da contra-propaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais. (Lei de Segurança Nacional, 1967, art. 3º, § 2º p.1) proibindo nas universidades a livre circulação e debate de ideias, promovendo um clima de terror, medo e vigilância quanto aos temas ligados ao marxismo ou vertentes políticas de esquerda como pode-se constatar no depoimento de uma aluna do Curso de Ciências Sociais na UFC.

“Não se falava em Centro Acadêmico e DCE, de jeito nenhum. Eles (militares) não deixavam de jeito nenhum. Ninguém podia falar de Marx em sala de aula, ninguém podia fazer nada, era uma repressão total. E todo mundo sabia que tinha gente infiltrada lá com o aluno, só que nunca se descobriu quem eram. Teve um aluno que desapareceu e nunca mais soube dele, a gente achou que ele era infiltrado, mas como a gente não tem certeza, eu não vou nem falar o nome dele. Mas esse menino não terminou com a gente, começou, mas não terminou”. (Aluna de Ciências Sociais 1 UFC)

A partir do depoimento da Aluna de Ciências Sociais 1 captou-se indícios das consequências que Lei de Segurança Nacional sobre os cursos e faculdades da UFC, proibindo a liberdade de expressão, opinião e ação estudantil, contrariando a essência das universidades como lócus de debate científico livre, promovendo ambiente de liberdade vigiada, propagando medo pela constante infiltração de agentes ou militares nas salas de aulas. Essas ações objetivavam identificar e desarticular supostos focos de ação subversiva, pregação comunista ou de atos que contrariassem os conceitos de *segurança nacional* de acordo com base na Lei de Segurança Nacional, sendo punidos com expulsões, prisões, perseguições e sequestros conforme os depoimentos dos alunos dos cursos de História e Direito da UFC.

“Fui preso em casa, de madrugada. A Polícia Federal organizou um “arrastão”. No mesmo dia foram presos dezenas de estudantes das mais diversas tendências. Mas só eu fiquei preso porque a polícia encontrou em minha casa um envelope com uma documentação comprometedor. Havia guardado o envelope sem saber o que continha. O envelope era da Rosa Fonseca”. (Aluno do curso de História- UFC)

“Já me 1969, após participar de algumas manifestações estudantis, sofri as primeiras ameaças e perseguições, através de telefonemas anônimos.... Por volta dos meses de maio a junho de 1970, vários companheiros do movimento estudantil e do trotskismo começaram a ser perseguidos e presos, dentre eles, eu me encontrava perseguido por forças da Polícia Federal e do DOPS/CE, passando a morar em locais diversos, em regime de semiclandestinidad”. (Aluno do curso de Direito- UFC)

Os depoimentos acima revelam exemplos das ações repressivas e persecutórias praticadas na UFC, utilizando-se de prisões coletivas, perseguições, arrastões, invasões a residências e instituições de ensino superior, objetivando prender suspeitos de ação subversiva, militância política de esquerda e integrantes da luta armada, provocando um clima de medo, instabilidade, insegurança, vigilância. A solução utilizada pelos perseguidos políticos era vida na clandestinidade ou semiclandestinidad, escapando das ações do aparato de segurança. A partir da Lei de Segurança Nacional foram legalizadas as ações repressivas sobre as classes estudantis permitidas pela formulação do conceito de guerra revolucionária “é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia, ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da Nação” (Lei de Segurança Nacional, 1967, art. 3º, § 3º p.1), permitido que civis fossem acusados de “crimes de subversão”, criando condições jurídicas para que a

linha dura controlasse os órgãos de segurança, agindo como *polícia política* tendo liberdade de ação na realização de cassações, investigações, interrogatórios, prisões e torturas. Segundo o historiador Carlos Fico (2004, p.75), um dos principais objetivos das lideranças militares a partir do AI-2 foi a “busca sistemática da institucionalização do aparato repressivo, fundada na ‘utopia autoritária’ da eliminação dos óbices à realização dos objetivos nacionais permanentes”, construindo de forma paulatina um vasto e ramificado sistema de repressão e informação que atuou de forma orgânica e sistêmica em todo país com a decretação do Ato Institucional nº 5 (1968), institucionalizando as “comunidades de segurança e informações”.

A análise da documentação possibilitou captar fortes indícios de uma política estatal consonante com a ideologia de direita, autoritária, conservadora, anticomunista, antidemocrática e repressiva na identificação dos considerados “inimigos internos” do Estado, categorizando suas supostas ações, objetivos, organizações, influências na preparação para fomentar informações sobre as supostas pretensões de tomada do poder pela via armada ou pela revolução socialista, podendo-se perceber nas anotações do curso de formação da Escola Nacional de Informações do SNI “Aspectos da guerra contemporânea”(1977) no Fundo do Serviço Nacional de Informações (SNI) do Arquivo Nacional sob título V8 TXT ESN. 3, 1977, p. 3) clara pretensão de identificação, cassação, contenção e eliminação das ações das organizações de esquerdas presentes na Universidade Federal do Ceará (UFC). Agradecemos a CAPES por viabilizar a realização da pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena Moreira, Estado e oposição no Brasil (1964-1984). 3ª ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1986.

ARNS, Paulo Evaristo, *Brasil Nunca Mais: um relato para a história*. 11ª ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1985.

ATON, Fon Filho, A repressão militar-policial no Brasil: o livro chamado João. São Paulo. Expressão Popular, 2016.

- BOURDIEU, Pierre. *A Ilusão Biográfica*, Paris: 1986. In: AMADO, J. FERREIRA, M.M. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996.
- COELHO, Rebeca do Nascimento. *Esquerda em Movimento: Estudantes em luta na resistência á Ditadura Militar (1964-1968)*. In: *Revista Ameríndia*, Fortaleza. V.10, p.31-41, 2011.
- FARGE, Arlette. *O Sabor do Arquivo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.
- FARIAS, José Airton de. *Além das Armas: Guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a Ditadura Militar*. Fortaleza- CE. Editora UFC, 2007
- FAVERO, Maria de Lourdes A. *Une em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.
- FERREIRA, Jorge e GOMES, Angela de Castro, *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*, Rio de Janeiro, 2014.
- FICO, Carlos, *Além do Golpe: Versos e Controvérsias sobre a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FICO, Carlos, *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro, Record, 2001.
- FORACCHI, Marialice. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Editora Nacional, 1965.
- FOUCAULT, Michel, *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 1983.
- GONÇALVES, Danyelle Nilin. *O preço do passado: anistia e reparações de perseguidos políticos no Brasil*. São Paulo, Expressão Popular, 2009.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Editora Ática, 1999.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*, 2ed. São Paulo: Biblioteca Vértice, 1990.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*, 2ed. Campinas. Editora da Unicamp, 1996.
- MAIA JÚNIOR, Edmilson Alves. *Memórias de Luta: ritos políticos no movimento estudantil universitário. (Fortaleza, 1962- 1969)*. Fortaleza: Edições UFC, 2008.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, 429p.

- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Os olhos do regime militar brasileiro nos campi: As assessorias de segurança e informações das universidades*. In: Topoi, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008, p.30-67.
- NAPOLITANO, Marcos, *1964: História do Regime Militar Brasileiro*, São Paulo, Contexto, 2017.
- OLIVEIRA, Papito (org.). *Vozes Silenciadas. Fortaleza: Imprensa Universitária*, 2009.
- PINSKY, Carla Bassanessi e LUCA, Tânia Regina (orgs.) “*O historiador e suas fontes*” São Paulo: Contexto, 2015.
- PIOVESAN, Greyce Kely. *Biografia, trajetória e história*. Disponível em <http://www.cfh.ufsc.br/abho4sul/> Acesso em 23/08/2010.
- POERNER, Arthur José. *O Poder Jovem- História da Participação Política dos Estudantes Brasileiros*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1968.
- POLLAK, Michael. *Memória e Esquecimento, Silêncio* Estudos Históricos. Rio de Janeiro. V.2, 1989.
- POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*, Estudos Históricos. Rio de Janeiro. N. 10, V.5, 1992, P. 200- 212.
- RAMALHO, Bráulio Eduardo Pessoa. *Foi Assim! O Movimento Estudantil no Ceará (1928-1968)* Rio de Janeiro- São Paulo- Fortaleza: ABC Editora, 2002.
- REIS FILHO, Daniel Aarão (coord.), *Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010*, Vol.5, Rio de Janeiro, Objetiva, 2014.
- REIS FILHO, Daniel Aarão, *Ditadura Militar e democracia no Brasil: do golpe de 1964 á constituição de 1988*. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.
- REIS FILHO, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá, *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*, Rio de Janeiro, Zahar, 2014.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- SANDER, Roberto. *1964: O verão do golpe*. 2ª ed. Rio de Janeiro. Maquinaria Editora, 2013.
- SODRÉ, Nelson Werneck, *História militar do Brasil*. 2ª ed. São Paulo. Expressão Popular, 2010.

THIESEN, Iclésia (org.). *Documentos sensíveis: informação e verdade na Ditadura de 1964*. Rio de Janeiro. Editora 7 Letras, 2014.

União Nacional dos Estudantes (UNE). *A UNE contra o SNI*. São Paulo: Editora Alfa e Ômega, 1987.